

ÁGUA NO ESTADO DE SÃO PAULO: É DIREITO, NÃO MERCADORIA!

CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE
COM SINDICATOS E SOCIEDADE



FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG

EXPEDIENTE

EXECUÇÃO

Central Única dos Trabalhadores de São Paulo
Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung

COMITÊ EDITORIAL

Adriana Oliveira Magalhães
Solange Cristina Ribeiro
Waldeli Melleiro
Katharina Hofmann
Edson Aparecido da Silva
Ricardo Guterman

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Marco Antonio Dalama Gonzalez

TEXTO, REPORTAGEM E PESQUISA

Marco Antonio Dalama Gonzalez
Rafael Alves da Silva
Vanessa Ramos da Silva

APOIO

Ana Paula Alves de Carvalho
Willian Habermann

EDIÇÃO

Vanessa Ramos da Silva (MTb 60878 SP)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Maria Dias

IMPRESSÃO GRÁFICA

Pigma

TIRAGEM

4.800 exemplares

ÁGUA NO ESTADO
DE SÃO PAULO:
**É DIREITO, NÃO
MERCADORIA!**

CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE
COM SINDICATOS E SOCIEDADE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A282 Água no estado de São Paulo: É direito, não mercadoria!
 Contribuições para o debate com sindicatos e sociedade / CUT
 São Paulo : Secretaria Estadual do Meio Ambiente. São
 Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2017.
 44 p. ; il.

1. Meio Ambiente saneamento. 2. Meio Ambiente água. 3. Meio
Ambiente - Políticas Públicas. 4. Direitos sociais - Meio Ambiente.
5. Movimentos sociais Meio Ambiente. 6. Sociedade
Sindicalismo - meio ambiente. I. Título. II. Pesquisa do Campo.

CDU 628(1-2)

CDD 613.287

(Bibliotecário responsável: Adalto da Silva Carvalho – CRB 08/9152)

APRESENTAÇÃO.....	04
ÁGUA COMO DIREITO UNIVERSAL.....	06
ÁGUA E SANEAMENTO NO BRASIL.....	08
PANORAMA DA ÁGUA E DO SANEAMENTO EM SÃO PAULO.....	09
CRONOLOGIA DE UMA CRISE ANUNCIADA.....	10
A crise da falta de água paulista.....	12
Desrespeito ao povo.....	13
SABESP: HOLDING É PRIVATIZAÇÃO DISFARÇADA.....	14
O que está por trás das grandes obras.....	16
Algumas das obras e projetos futuros da Sabesp:.....	17
As críticas ao atual modelo de gestão e as alternativas.....	24
Transparência e envolvimento da sociedade.....	26
Existe, sim, uma luz no fim do túnel!.....	27
A LUTA PELO DIREITO À ÁGUA: COMO SE ENGAJAR?.....	29
A LUTA CONTINUA.....	33
LINKS ÚTEIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

APRESENTAÇÃO

Reconhecido em diversos acordos, normas, leis e declarações nacionais e internacionais, o direito universal de acesso à água e ao saneamento é essencial à garantia da vida.

Ainda assim, mais da metade da população global, que é de 7,6 bilhões de habitantes, não têm acesso ao saneamento básico seguro. Desse total, 28% vivem sem água potável, segundo documento divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)¹.

No Brasil isso não é diferente. O mesmo documento aponta que 61% dos brasileiros e brasileiras no campo e na cidade não dispõem de saneamento básico seguro.

No estado de São Paulo, isso também é realidade. Segundo dados do Ranking do Saneamento das 100 maiores cidades brasileiras, organizado pelo Instituto Trata Brasil, a capital paulista ocupa a 43ª posição quando o assunto é o esgoto tratado por água consumida e a 30ª posição quando o item é a perda na distribuição².

Os dados exemplificam que ainda faltam investimentos no setor para que a distribuição de água e a coleta e o tratamento de esgoto alcancem a universalização, como orientam instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste aspecto, entidades criticam o modelo que vem sendo adotado pelo Governo do Estado de São Paulo comandado por Geraldo Alckmin (PSDB). E apontam que as políticas públicas de acesso à água e ao saneamento foram negligenciadas, dando lugar a uma busca incessante pelo lucro de empresários que detêm parte das ações da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Além dos fatores climáticos, as organizações afirmam que, por causa deste modelo mercadológico que não implementou uma série de estudos de aproveitamento de recursos hídricos e de abastecimento de água potável, São Paulo vivenciou uma crise de falta de água sem precedentes no final de 2013, que traz consequências até os dias atuais, já que a crise não mudou a forma como a Sabesp e o governo tratam o saneamento³.

Neste momento, enquanto o governo paulista tenta ampliar a privatização da Sabesp, em 37 países do exterior foram registrados casos de remunicipalização das empresas de água e esgoto que outrora foram privatizadas ou terceirizadas. Ao todo foram levantados 235 exemplos que impactaram 100 milhões de pessoas, segundo o estudo europeu *Our public*

*water future: The global experience with remunicipalisation*⁴, de 2015.

Para discutir esses e outros desafios, a publicação *Água no estado de São Paulo: É direito, não mercadoria!* Contribuições para o debate com sindicatos e sociedade foi elaborada pela Secretaria de Meio Ambiente da CUT-SP, em parceria com a Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES). O objetivo é mostrar o descaso do governo estadual nesta questão e disseminar a compreensão de que a água é um direito essencial e de que o seu acesso – universal, seguro e com qualidade aceitável – será melhor garantido por meio de serviços públicos, com participação popular e controle social.

Este material foi produzido a partir de levantamento de estudos e reportagens, pesquisas de campo nas obras e equipamentos relacionados ao sistema de captação, tratamento e distribuição de água do estado de São Paulo e entrevistas com trabalhadores (as), especialistas do setor de água e saneamento e moradores de comunidades atingidas pela crise, pelas obras e pela lógica privada de gestão da água. Incorpora ainda os debates realizados no seminário promovido pela CUT São Paulo, também em parceria com a FES, em agosto de 2017, e que reuniu movimentos populares, militantes, sindicatos, entidades internacionais e pesquisadores do tema.

Buscamos, a partir desta iniciativa, chamar a

atenção da classe trabalhadora e de diversos segmentos da sociedade para mostrar, ainda, que várias entidades continuam alertando sobre a lógica privatista que promove, entre outras ações, o aumento nas contas de água que não param de crescer; a exclusão dos sistemas de saneamento básico dos mais pobres e a precarização do trabalho.

Ao final deste material, os leitores terão contato com o debate dos interesses privados internacionais que chegam ao Brasil, em 2018, com o 8º Fórum Mundial da Água e, ao mesmo tempo, uma via oposta de resistência que se dá por meio do Fama (Fórum Alternativo Mundial da Água).

Lembramos que esta publicação contou com apoio de entidades e espaços de articulação como o Fama (Fórum Alternativo Mundial da Água), o Coletivo de Luta pela Água, a Internacional de Serviços Públicos (ISP), a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), a Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado de São Paulo (Fetam-SP), o Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo (Sindsep-SP), o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a quem estendemos os nossos agradecimentos.

A CUT-SP e a Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung desejam uma boa leitura e convocam todos e todas a se engajarem nesta luta pelo direito à água, que é, também, pelo direito à vida, à saúde e ao bem-estar!

CUT São Paulo
Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung

ÁGUA COMO DIREITO UNIVERSAL

O acesso à água potável e ao saneamento básico é essencial à garantia dos direitos humanos e promove a dignidade e a sobrevivência de mulheres e homens. Também está ligado aos direitos à saúde, à alimentação, à habitação, ao emprego, ou seja, ao desenvolvimento humano. Este é o entendimento da Organização das Nações Unidas (ONU), expresso em documentos internacionais ratificados por vários países, incluindo o Brasil⁵.

Apesar disso, relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), divulgado em julho de 2017, mostra que 4,5 bilhões de pessoas vivem sem acesso ao esgotamento sanitário. Ainda, 2,1 bilhões de pessoas não têm acesso à água e, desse total, 844 milhões necessitam até mesmo de um serviço básico de água potável⁶.

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU⁷ aponta aos países que a água deve ser tratada como um bem social e cultural e não fundamentalmente como um bem econômico. Para garantir este direito às atuais e às futuras gerações, o documento considera alguns pontos indispensáveis a serem avaliados, elencados a seguir.

Disponibilidade

O abastecimento de água de cada pessoa deve ser contínuo e suficiente para os usos pessoais e domésticos.

Qualidade

A água para o uso não deve conter microrganismos ou substâncias químicas e radioativas que ameacem à saúde. A água, também, deve ter uma cor, um odor e um sabor aceitáveis.

ACESSIBILIDADE

A água deve ser acessível a todos, sem discriminação. O critério de acessibilidade apresenta quatro dimensões:

Física:

A água deve estar ao alcance de todos. Deve-se ter acesso a uma quantidade de água suficiente, salubre a aceitável de acordo com a necessidade específica de cada grupo da sociedade.

Econômica:

Os custos relacionados ao abastecimento de água não devem pôr em risco o direito de acesso à água e ao saneamento com qualidade.

Não discriminação:

A água deve estar ao alcance de todos, inclusive dos setores mais vulneráveis e marginalizados da população.

Acesso à informação:

Todos têm o direito de solicitar e difundir informações sobre as questões relacionadas à água.

ÁGUA E SANEAMENTO NO BRASIL

A água é fonte de vida nas mais variadas formas, sendo utilizada, por exemplo, para a sobrevivência das florestas, o abastecimento industrial, a geração de energia elétrica, entre outros aspectos.

No Brasil, mais de 34 milhões de pessoas vivem sem acesso à água tratada e acima de 100 milhões sem a coleta de esgoto. Esses dados são informados pelo Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades, disponibilizado no Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2015⁸.

O relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), divulgado em julho de 2017, aponta também que 61% dos brasileiros e brasileiras no campo e na cidade não dispõem de saneamento básico seguro.

Esses dados mostram que o país ainda está atrasado em parâmetros internacionais. A ausência desses serviços, contudo, pode implicar danos à qualidade de vida da população. O Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, de 2016, ressalta a importância deste setor:

“A gestão insustentável dos recursos hídricos e outros recursos naturais pode causar graves danos às economias e à sociedade, invertendo significativamente os benefícios conquistados duramente na redução da pobreza, na criação de empregos e no desenvolvimento⁹.”



PANORAMA DA ÁGUA E DO SANEAMENTO EM SÃO PAULO

Como vimos, na questão do acesso à água e à coleta de esgoto há ainda desigualdades a serem superadas. Dados do Ranking do Saneamento das 100 maiores cidades brasileiras, do Instituto Trata Brasil, mostram que a capital paulista ocupa ainda a 43ª posição quando o assunto é o esgoto tratado por água consumida e a 30ª posição quando a questão é a perda na distribuição¹⁰.

No estado de São Paulo, com base nos dados de 2015 do SNIS, 5% da população paulista, que representa 2,1 milhões de pessoas, não têm acesso à rede de abastecimento de água, enquanto 12%, ou seja, 5, 1 milhões de pessoas, não têm acesso à rede de coleta dos esgotos. O índice de tratamento de esgoto chega a 80,26%¹¹.

Esses dados, contudo, não condizem com a realidade estadual que, segundo o mestre em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC, Edson Aparecido da Silva, é ainda pior. Para ele, é preciso avaliar em primeiro lugar como a base de dados dessas informações é estruturada.

“As estatísticas não levam em consideração, por exemplo, a população que vive em áreas irregulares. Todas as áreas que são ocupadas são ignoradas pela Sabesp”, afirma¹².

Utilizando-se o próprio SNIS, Edson mostra que apenas 59,59% dos esgotos gerados recebem algum tipo de tratamento. Ele demonstra em sua dissertação *Despoluição do rio Tietê: questionar paradigmas para avançar*, de 2016, como os cálculos dos índices de tratamento do esgoto produzido se alteram quando se leva em consideração o volume de água produzido e de água consumida, o volume de perdas e o volume de esgoto tratado.

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), segundo ele, a situação se agrava. “Quando se leva em conta as perdas físicas, a água que se transforma em esgoto e o volume de tratamento, constatamos que menos de 40% do esgoto gerado na região é tratado¹³.”

A partir deste debate, é importante lembrar que, nos últimos anos, São Paulo enfrentou a pior seca até hoje registrada no estado. Afinal, quem não se lembra da falta de água em 2013, agravada em 2014, que chegou a um patamar em que moradores e famílias iam dormir sem saber se no dia seguinte teriam água em suas casas? Uma história que trouxe sequelas até os dias atuais. Confira, a seguir, como isso aconteceu.

CRONOLOGIA DE UMA CRISE ANUNCIADA¹⁴

2003

Seca histórica no Sudeste baixou o nível do Cantareira. Em 1º de dezembro, o reservatório registrava 1,6% da capacidade em volume útil. Obras de transposição começam a ser cogitadas, mas não saem do papel.

2004

Renovação da outorga do Cantareira determina a realização de estudos em até 30 meses para redução da dependência de 47% da RMSP daquele sistema e a elaboração de plano de contingência para emergências.

2009

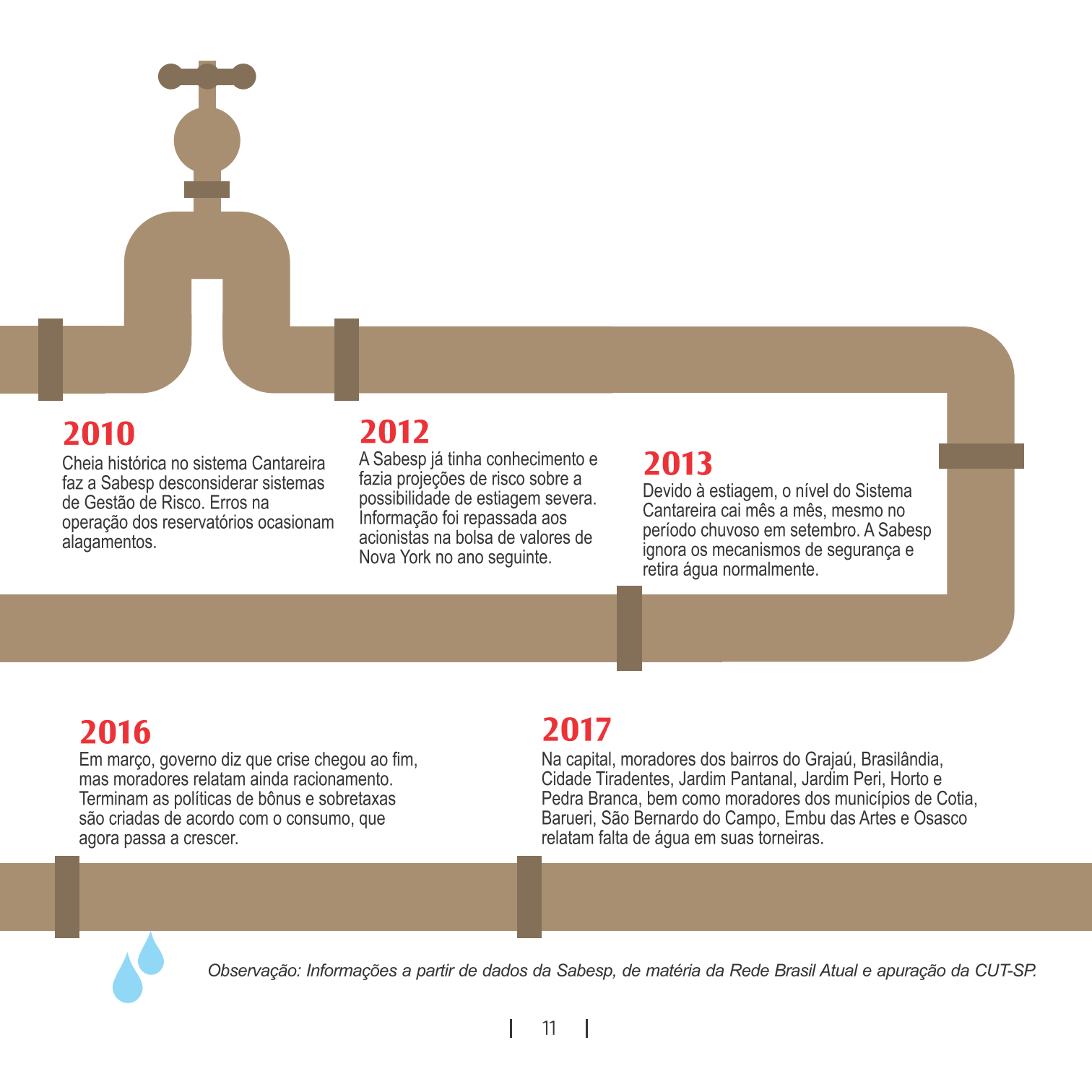
Estudo da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e trabalhos acadêmicos indicam o risco de seca em São Paulo entre os anos de 2014 e 2015.

2014

Crise se agrava e é admitida. Governo estabelece redução de tarifa para quem economizar, mas descarta risco de falta de água e racionamento. Institui multa a quem exceder consumo. Volume morto começa a ser utilizado.

2015

Auge da crise. Alckmin admite rodízio, mas condiciona medida ao volume de chuvas até o final de março. Em fevereiro, as chuvas foram mais intensas e o nível das represas subiu pela primeira vez em 6 meses.



2010

Cheia histórica no sistema Cantareira faz a Sabesp desconsiderar sistemas de Gestão de Risco. Erros na operação dos reservatórios ocasionam alagamentos.

2012

A Sabesp já tinha conhecimento e fazia projeções de risco sobre a possibilidade de estiagem severa. Informação foi repassada aos acionistas na bolsa de valores de Nova York no ano seguinte.

2013

Devido à estiagem, o nível do Sistema Cantareira cai mês a mês, mesmo no período chuvoso em setembro. A Sabesp ignora os mecanismos de segurança e retira água normalmente.

2016

Em março, governo diz que crise chegou ao fim, mas moradores relatam ainda racionamento. Terminam as políticas de bônus e sobretaxas são criadas de acordo com o consumo, que agora passa a crescer.

2017

Na capital, moradores dos bairros do Grajaú, Brasilândia, Cidade Tiradentes, Jardim Pantanal, Jardim Peri, Horto e Pedra Branca, bem como moradores dos municípios de Cotia, Barueri, São Bernardo do Campo, Embu das Artes e Osasco relatam falta de água em suas torneiras.

Observação: Informações a partir de dados da Sabesp, de matéria da Rede Brasil Atual e apuração da CUT-SP.

A crise da falta de água paulista

Em São Paulo, a partir de 2013, o cenário foi o de torneiras secas ao longo do dia, com redução da pressão nos canos, o que prejudicou ainda mais bairros mais altos e periféricos, com o Governo do Estado de São Paulo recorrendo à reserva emergencial do fundo das represas (volume morto) do Sistema Cantareira, acelerando obras de interligação entre reservatórios, impondo à população sobretaxa pelo consumo excessivo, bônus para quem economizasse e multa aos que excedessem o uso da água.

A relatora especial da ONU à época, Catarina de Albuquerque, esteve no Brasil e participou de debates organizados por entidades como a CUT São Paulo. Em setembro de 2014 ela fez críticas ao governo de Geraldo Alckmin pela crise da falta de água em São Paulo.

“O racionamento de água precisa ser previsto e os investimentos necessários precisam ser feitos [...] A responsabilidade é do Estado, que precisa garantir investimentos em momentos de abundância”, disse¹⁵.

O que Catarina aponta não é diferente do que abordou o estudo “O sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo”, da organização Artigo 19.

“Devido à falta de chuvas, os problemas ligados à gestão hídrica vieram à tona, mostrando o despreparo dos governos para lidar com uma situação emergencial relacionada à falta d'água¹⁶.”

Três anos depois, o relator especial para água e saneamento da ONU, Leo Heller, participou de um seminário organizado pela CUT São Paulo, FES, sindicatos e movimentos sociais, no dia 10 de agosto de 2017. Ele também falou sobre a responsabilidade dos governos: “A companhia de saneamento não tem o direito de ser pega de surpresa, tem que se preparar. Distribuir menos lucro se preciso for para momentos como esses.”

Divulgado no dia 4 de dezembro de 2017, Relatório pleno de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, da Agência Nacional de Águas (ANA), mostra que o governo de São Paulo foi alertado sobre a situação desde 2010¹⁷. Três anos antes da crise, estudo da entidade, apontou “São Paulo em situação de baixa garantia hídrica para o horizonte de 2015, já identificando a necessidade de investimentos em outros mananciais para diminuição do risco de desabastecimento.”

Desrespeito ao povo

Se de um lado o estado de São Paulo tentava lidar com a crise da falta de água, resumindo o problema a fatores climáticos e ao consumo da população, oferecendo até mesmo bônus aos cidadãos que economizassem, por outro incentivava os grandes consumidores a usarem mais água, por meio de descontos e prêmios, como comprovou uma lista de 294 clientes da Sabesp obtida pelo jornal El País Brasil¹⁸. O jornal mostrou que o contrato vigente com empresas de grande porte premiava o consumo. Assim, quanto mais água usavam estes clientes, menor era o preço pago por litro de água.

A integrante da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Liciane Andrioli, demonstra indignação: “Sabemos que 72% do consumo de água vai para o agronegócio, 22% para as indústrias e somente 6% para as residências. Mas, quando bate a crise, como aconteceu em São Paulo, quem é penalizado com falta de água? Nós, as pessoas comuns. O grande capital, que é o responsável por estes problemas, ainda recebe desconto”, afirma.

Ninguém se calou:

Diversas entidades, movimentos sociais, coletivos e grupos organizados continuam alertando sobre o aumento nas contas de água que não param de crescer. Também denunciaram na crise, em diferentes espaços, que, além dos fatores climáticos, a lógica de empresa privada da Sabesp e o descompromisso do governo paulista culminaram nas violações de direitos humanos, o que pode piorar no futuro.

Descaso permanece:

A fase mais crítica da crise da água passou, mas o modelo de gestão privada faz com que a Sabesp continue seguindo a mesma linha de ação de antes da crise, de modo que a situação da crise crônica de abastecimento permanecerá. E pode piorar no futuro.

SABESP: HOLDING É PRIVATIZAÇÃO DISFARÇADA

Em 1997, a Sabesp fez sua estreia na bolsa de valores de São Paulo, dando início à abertura de seu capital. Na época, a justificativa era conseguir dinheiro para investir em abastecimento de água e tratamento de esgoto. Passados 20 anos, o governo do estado detém 50,3% das ações da Sabesp, enquanto que as demais são negociadas: 30,3% na B3 (antiga BM&F Bovespa), e 19,4% na Bolsa de Nova Iorque¹⁹.

Outra questão é que em seu Estatuto Social, no artigo 28, a Sabesp diz que os acionistas podem receber 25% do lucro líquido da empresa²⁰. No entanto, em reportagem de 2014 do Jornal GGN, a companhia paulista distribuiu 60,5% do lucro líquido para o caixa de acionistas²¹.

Sem poder vender os 50,3% das ações que estão com o estado, em setembro de 2017 o

governo conseguiu aprovar e sancionar uma lei que permite a criação de uma holding, empresa que possui a maioria das ações de uma companhia, para abrigar a Sabesp e, com isso, poder transferir as ações à iniciativa privada.

Isso quer dizer que a quarta maior empresa de saneamento do mundo será entregue aos empresários, que passarão a ter controle maior da Sabesp. Os trabalhadores do setor, que sofrem ameaças de demissão em massa por conta desta privatização disfarçada, chamam a lei da holding de “pedalada”.

Quando a administração deste bem público é gerida pelo capital privado, que tem o objetivo de ganhar dinheiro e não de garantir direitos, os interesses da população em relação ao saneamento são colocados em xeque.

“Saneamento não pode ser privatizado, lucrativo. Se pegássemos os recursos que são remetidos aos acionistas da Sabesp e enviássemos para os municípios para que estes cuidassem das áreas de mananciais, teríamos uma boa possibilidade de dar uma resposta mais séria à crise da água. Se os sistemas de saneamento forem privatizados, será um problema, pois os custos são muito grandes e o retorno é pequeno” (empregado público da Sabesp com mais de 20 anos de trabalho no setor)

Em 2016, a Sabesp teve um lucro de R\$ 2,9 bilhões, superando o R\$ 1,9 bilhão de faturamento de ganhos em 2013. O problema é que esses lucros saíram do bolso da classe

trabalhadora e, em boa parte, não foram usados para melhorar o acesso à água. Por isso, os movimentos afirmam que a Sabesp age segundo a lógica de uma empresa privada²².



Algumas razões, que a própria Sabesp mostra, explicam isso²³:

Em 2015, a conta de água aumentou em 15,2%

Em 2016, a conta aumentou ainda mais, em 8,4%

Houve aumento do volume de água “vendido”

Redução da concessão de bônus nas contas dos clientes que economizam água

O que está por trás das grandes obras

*[...] a obra não resolve o problema da falta de água, mas resolve o problema do governador (Geraldo Alckmin) em caçar votos fazendo propaganda da obra. **(Trabalhador da obra de transposição da Represa de Jaguari para a Represa Atibainha)***

A falta de investimento prévio e a lógica privada que levou à crise da falta de água em São Paulo parecem ser as mesmas que deram “norte” às ações do governo paulista após a fase mais crítica da crise: gastar bilhões de reais com grandes obras com o objetivo de buscar água em locais cada vez mais distantes.

Em entrevista coletiva, em maio de 2015, sobre o início das obras de transferência de águas da Represa Billings para a Represa de

Taiacupeba (Sistema Alto do Tietê), o governador Geraldo Alckmin afirmou que, com tais obras, “São Paulo ficará com uma superestrutura para enfrentar essas mudanças climáticas e secas como a que ocorreu no ano passado [2014]²⁴”. Obras que, como veremos, não precisariam ser realizadas e que provocam impactos negativos à vegetação de mananciais, a mesma vegetação que deveria ser protegida para que tenhamos água no futuro.

Algumas das obras e projetos futuros da Sabesp:

Transferência de água do Rio Guaió para a Represa Taiaçupeba (Sistema Alto Tietê)

Foram construídos 9 quilômetros de adutoras para levar mil litros de água por segundo do rio Guaió (um pequeno rio que nasce na cidade de Mauá e deságua no Rio Tietê) até a Represa Taiaçupeba (Sistema Alto Tietê).

Custo: R\$ 28,9 milhões.²⁵

Qual o problema? O rio fica seco durante a época que menos chove e as bombas d'água não conseguem puxar nada de água para a Represa Taiaçupeba. Ou seja, os impactos ambientais e o dinheiro gasto foram feitos em um rio que não poderá fornecer água durante a época em que mais precisamos²⁶.

Transferência de águas da Represa Billings para a Represa de Taiaçupeba (Sistema Alto do Tietê)

Obra feita para transferência de até 4 mil litros de água por segundo do Rio Pequeno para o Rio Grande (dentro da represa Billings) e, depois, da Billings para a Represa de Taiaçupeba (Sistema Alto do Tietê).

Custo: R\$ 150 milhões²⁷.

Qual o problema? Desmatou Mata Atlântica dentro de área de recuperação de mananciais (vegetação que ajuda a produzir água) para garantir água à população. As águas do Braço do Rio Pequeno não são isoladas do resto da Represa Billings, que é muito poluída (com bactérias tóxicas, com agrotóxicos e com metais pesados como cádmio, chumbo e urânio²⁸) e a poluição dessas águas irá aumentar, pois a transferência de água da Billings para o Alto do Tietê só será possível com a transferência da mesma quantidade de águas do poluidíssimo Rio Pinheiros para a Represa Billings²⁹. Ou seja, o governo do PSDB gasta milhões em uma obra que derruba mata boa

Sistema Produtor São Lourenço

Esse novo sistema pegará 4,7 mil litros de água por segundo na Represa de Cachoeira do França, em Ibiúna e enviará água para a Zona Oeste da Região Metropolitana de São Paulo.

Custo: O custo estimado é de R\$ 2,21 bilhões³⁰.

Qual o problema? A instalação da captação de água, das tubulações, da Estação de Tratamento de Água, das estradas de acesso, da subestação de energia elétrica e das linhas de transmissão serão feitas em grande parte sobre áreas de mananciais com densas coberturas de Mata Atlântica, e de Unidades de Conservação da Natureza, degradando rios, córregos e nascentes. Mais uma vez, estão destruindo reservas de água para acabar com a crise da água.

As obras irão impactar negativamente os corredores ecológicos entre a serra do Mar, a serra do Paranapiacaba e a Reserva do Morro Grande, colocando ainda mais em risco espécies ameaçadas de extinção, como o pinheiro-do-paraná, a onça parda, a jaguatirica, o macaco-prego, o bugio e a lontra³¹.

Transposição de águas da Represa de Jaguari (Bacia do Rio Paraíba do Sul) para a Represa Atibainha (Sistema Cantareira)

Pretende transferir 5 mil litros de água por segundo para o Sistema Cantareira e já foi alvo de disputas entre o Estado do Rio de Janeiro (que depende da água do rio Paraíba do Sul) e o estado de São Paulo.

Custo: O custo estimado é de R\$ 555 milhões³².

Qual o problema? As obras de interligação geram impactos sociais e ambientais: cursos d'água contaminados por sedimentos, vegetação nativa derrubada (Mata Atlântica, vegetação de brejo e matas ciliares), muita movimentação de terra, suspensão de poeira e materiais particulados, contaminação da água dos dois reservatórios pelos resíduos gerados pela obra. A obra impacta ainda diversas unidades de conservação da região, como o Parque Estadual Itaberaba, a Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Mananciais do Paraíba do Sul e as APAs Estaduais Piracantareira³³.



Foto: Secretaria de Meio Ambiente da CUT-SP

Mata ciliar desmatada e curso d'água assoreado pelas obras de transposição de águas da Represa de Jaguari para a Represa de Atibainha

Transferência de águas da Bacia do Rio Itapanhaú para a Represa de Biritiba Mirim (Bacia do Alto do Tietê):

Derrubará a Mata Atlântica para
levar 2,5 mil litros de água por
segundo, do alto da Serra do Mar,
em Biritiba Mirim, para o Sistema do
Alto do Tietê.

Custo: R\$ 91,7 milhões³⁴.

Qual o problema? A obra degrada a vegetação
pertencente à Área de Proteção de Manancial do Alto
Tietê Cabeceiras. Além do grave desmatamento de
vegetação nativa (que cria barreiras e afeta ainda mais a
sobrevivência de espécies vegetais em risco como o palmito
Jussara e o manacá; ou de animais ameaçados como o macuco,
o gato-do-mato, a anta e o sagui-da-serra-do-escuro), o movimento
de terra na margem e as obras dentro do rio poderão piorar a
qualidade da água. Após as obras, a captação de água poderá sugar
peixes, bem como diminuirá a vazão do Rio Itapanhaú podendo causar
alterações na vegetação litorânea de restinga e de mangue, afetando o Parque
Estadual da Serra do Mar e o Parque Estadual Restinga de Bertiooga³⁵.

Construção das Represas de Pedreira e Duas Pontes

Atualmente em fase de licenciamento, o Governo de Geraldo Alckmin pretende construir mais duas represas: a Represa de Pedreira, no rio Jaguari (municípios de Pedreira e Campinas), e a Represa de Duas Pontes, no rio Camanducaia (município de Amparo).

Custo: Estimado em R\$ 740 milhões³⁶.

Qual o problema? O Relatório de Impactos Ambientais é pouco detalhado, mas aponta que ao menos 82 famílias serão desalojadas, bem como 6 sítios arqueológicos serão afetados. A construção destas represas provocará ainda a destruição de patrimônios naturais locais, de remanescentes florestais da mata atlântica (habitat de espécies ameaçadas como o Puma, a Lontra, o lobo-guará, o macaco prego e o macaco sauá), bem como interferirá nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) de Piracicaba / Juqueri-Mirim e de Campinas³⁷.

Observação: Estas obras são administradas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (Daee)

As críticas ao atual modelo de gestão e as alternativas

Algumas obras e projetos, como os listados acima, foram feitos “em caráter emergencial” que, além de passar por cima de diversas regras ambientais, foram contratados sem licitações³⁸, deixando de promover um amplo debate sobre o processo e limitando a transparência da gestão. Ou seja, não obedeceram às regras legais de igualdade na concorrência, de melhor preço e de transparência nas contratações, o que pode abrir espaço para fraudes e favorecimentos de todos os tipos.

Tais contratações realizadas sem respeito às regras licitatórias acendem alguns sinais de alerta, ainda mais quando lembramos que, em maio de 2017, o ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura afirmou em acordo de delação premiada que, dos 8,3 milhões de reais pagos em propina para a campanha de Geraldo Alckmin (PSDB) para o governo de São Paulo, em 2014, 1,5 milhão de reais teria vindo da obra de construção de um Emissário Submarino de Esgoto na cidade de Praia Grande, obra contratada pela Sabesp (os outros 6,8 milhões de reais teriam vindo das obras – paradas – da Linha 6-Laranja do Metrô)³⁹.

Diante disso, existe a reflexão: será mesmo que essas grandes obras, ao custo na casa dos bilhões de reais e que desmatam vegetação de mananciais, precisariam ser realizadas?

O desmatamento de vegetação de mananciais (vegetação que protege rios, lagos, represas e

nascentes) diminui a qualidade das águas, bem como a quantidade de água “produzida”. Especialistas afirmam que os recursos necessários para recomposição das matas ciliares, vegetação que fica nas margens dos rios, que alimentam o Sistema Cantareira, são muito menores do que os bilhões a serem gastos nas grandes obras⁴⁰.

Outra questão é que, se todo o esgoto produzido fosse coletado e tratado na Região Metropolitana de São Paulo, haveria uma oferta de água muito maior do que a garantida por essas grandes obras. Vale lembrar que, com o direcionamento de recursos para as obras, a Sabesp deixou de investir mais da metade do previsto para 2015 em tratamento de esgoto no estado⁴¹.

As grandes obras também não são a melhor alternativa frente à necessidade de trocar os encanamentos para acabar com as chamadas “perdas por vazamento na rede”. A região metropolitana é servida por oito sistemas produtores que têm a capacidade de fornecer 65 mil litros de água por segundo⁴². Em 2016, houve a perda de 32% da água tratada em vazamentos⁴³, o que significa que 20,8 mil litros de água foram perdidos a cada segundo. As grandes obras custam muito mais do que trocar os encanamentos de água e irão fornecer apenas 17,3 mil litros de água (ou esgoto) a mais por segundo.

Acabar com os descontos de 75% para os

grandes consumidores (como os latifundiários e os industriais, que consomem – cada um – mais de 500 mil litros de água por mês), incentivando-os a buscar fontes alternativas de água (poços artesianos, água da chuva, etc.) poderia diminuir a pressão sobre as represas⁴⁴.

Ou seja, se o governo estadual mantiver a lógica de privatização da empresa fornecedora da água em São Paulo, a situação de crise crônica de abastecimento permanecerá, já que esse modelo de

gestão visa o lucro e não a garantia do acesso à água.

Para a secretária de Meio Ambiente da CUT São Paulo, Solange Ribeiro, esse “acesso à água” só pode ser garantido se a gestão estiver totalmente nas mãos do Estado: “Não podemos ver só o valor econômico da água, ela não pode ser meio de negócio para empresas privadas que querem apenas ganhar dinheiro e não se preocupam com a garantia de nossos direitos e com a preservação ambiental”, afirma.



Foto: Secretaria de Meio Ambiente da CUT-SP

Para um servidor público com mais de 20 anos de atuação na Sabesp, e que preferiu não se identificar, ***“a crise hídrica no estado só irá se resolver com uso racional do solo; recuperação de matas ciliares; preservação de nascentes; planejamento de loteamentos e de ocupação do solo de acordo com a demanda por água e plano de desenvolvimento para que cidades que preservam as áreas de manancial recebam recursos para a preservação dessas áreas.”***

Transparência e envolvimento da sociedade

Uma das grandes dificuldades para a população é o acesso a informações sobre os gastos realizados nas empresas públicas de saneamento básico, como é o caso da Sabesp. Historicamente, a CUT defende a criação de mecanismos que deixem transparentes as contas públicas e incentivem a participação e o controle social.

Incentivando a participação social - quando o governo ouve a população antes das tomadas de decisões – existe a garantia de que as políticas atendam aos interesses públicos. A criação e a promoção de espaços de discussões, como conselhos ou fóruns formados por integrantes da sociedade civil e representantes do governo, garante um debate mais equilibrado e transparente sobre os assuntos.

Essas instâncias de consulta popular podem ter tanto o caráter consultivo como propositivo e servem para apresentar propostas de melhoria da qualidade dos serviços oferecidos.

Já no controle social, existe a possibilidade de a população conferir o uso de recursos, fiscalizar a execução de serviços e aprovar balanços da prestação de contas.

Vale ressaltar que a participação e o controle

social são direitos garantidos pela Constituição Federal e tais modelos de consulta são adotados em diversas secretarias e ministérios governamentais pelo país, colaborando na construção de políticas públicas. A Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB), criada com a Lei Federal no 11.445, de 2007, estabelece que cabe ao titular dos serviços criar os mecanismos de controle social.

Outra ferramenta disponível é a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), regulamentada pela então presidenta Dilma Rousseff em 2011, que garante o acesso pelo cidadão a informações produzidas pelos poderes da União, estados, Distrito Federal, municípios, tribunais de contas, Ministério Público e entidades privadas sem fins lucrativos que recebem verbas públicas. Qualquer cidadão pode encaminhar uma solicitação a um desses órgãos, citando a lei, pedindo detalhamentos de alguma ação. Esse pedido pode ser feito por e-mail, carta protocolada ou pelo site da entidade, caso tenha o campo específico a isso. O órgão tem um prazo de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, para responder.

Existe, sim, uma luz no fim do túnel!

Todas as cidades que privatizaram seus serviços de água, mundo afora, enfrentaram aumentos abusivos nas contas dos consumidores, piora na qualidade e falta da água e serviços prometidos sem conclusão. Essa realidade se confirma no relatório publicado em 2015 por entidades internacionais. Ao todo foram levantados 235 exemplos que impactaram 100 milhões de pessoas, segundo o estudo europeu *Our public water future: The global experience with remunicipalisation*, de 2015. Ou seja, voltaram para as gestões dos governos locais⁴⁵.

Esse estudo afirma que a retomada do controle público dos serviços de água e saneamento é, em muitos casos, uma resposta às falsas promessas das empresas que, ao invés de agir para garantir o acesso universal da população à água, colocaram o lucro acima dos interesses das comunidades. Dentre as grandes cidades que remunicipalizaram os serviços, estão Accra (Ghana), Buenos Aires (Argentina), Budapeste (Hungria), Kuala Lumpur (Malásia), La Paz (Bolívia), Paris (França) e Califórnia (EUA).

Para Denise Motta Dau, assessora da Internacional dos Serviços Públicos (ISP), os problemas que as empresas apresentaram estão ligados à incompatibilidade de objetivos, já que, segundo ela, uma empresa privada quer o lucro,

ao contrário do que deve ser o objetivo da gestão pública.

“Houve diversas quebras de contrato com as empresas que faziam a gestão da água, devido ao não cumprimento de metas com as quais se comprometeram. Problemas como ausência total de controle social por parte da comunidade; dificuldade de acesso a dados, inclusive para o monitoramento da própria gestão pública que contratou a empresa, não somente para a população; alta excessiva das tarifas e a não ampliação do sistema.”

Um caso interessante ocorreu em Berlim, na Alemanha, onde o desejo da população para obter a companhia do sistema hídrico de volta era tanto que os moradores aceitaram, inclusive, pagar uma taxa mensal para cobrir a multa contratual do governo com a empresa.

Temos, então, uma tendência mundial para dar fim à privatização dos serviços de água e saneamento. Tal tendência foi seguida, em 2017, pelo município de Itu (SP), um dos municípios que mais sofreu com os efeitos da crise de abastecimento da água. Após quase uma década de terceirização e de descaso no serviço de abastecimento de água e saneamento de esgotos, os contratos de terceirização foram extintos e foi criada a “Companhia Ituana de Saneamento”, empresa pública municipal de água e esgoto⁴⁶.



*[...] sabemos que faz parte do DNA das empresas privadas a maximização dos lucros, se não fizer isso não é uma boa empresa privada. [...]. Sabemos que há muitos e muitos limites em se regular um serviço que se trata de um monopólio natural (como a água e o esgoto, que não têm concorrência), com o risco de captura do regulador pelo prestador de serviço. Tem uma complexidade muito grande de enquadrar a empresa privada e maximizar lucro significa maximizar receita e minimizar despesas: significa aumentar a tarifa o máximo possível, não praticar a tarifa social e, ao mesmo tempo, não expandir os serviços para os mais pobres, não melhorar a tecnologia, não modernizar o tratamento, a perda, etc. Resumindo, existem muitos riscos de violação de direitos humanos com a privatização (**Leo Heller, atual relator especial para água e saneamento da ONU**)*

A LUTA PELO DIREITO À ÁGUA: COMO SE ENGAJAR?

“O Fama é construído em oposição ao Fórum Mundial da Água, que chamamos de 'fórum das corporações'. Por que se denominam oficial? Oficial de quem? Não é fórum de governo e nem da ONU, é organizado pelo Conselho Mundial da Água e atende apenas as grandes empresas. O espaço que ele oferece para a sociedade civil participar não é suficiente. Eles até dizem que têm o objetivo de qualificar os movimentos populares. Não precisamos disso. A gente sabe o que quer, como quer e sabemos fazer” **(Edson Aparecido da Silva - coordenador nacional do Fama)**

O debate sobre o direito à água ganha ainda mais força se pensarmos que em Brasília, em março de 2018, será realizado o 8º Fórum Mundial da Água (FMA), o chamado “fórum das corporações”, organizado a cada três anos pelo Conselho Mundial da Água. Ele é composto por empresas que dominam 75% do mercado mundial da água como a Nestlé, Suez, Coca-Cola, entre outras.

Este espaço, porém, tem conduzido à privatização de sistemas de água e saneamento mundo afora. Além disso, conta com pouca participação popular, primeiro por conta da

caríssima taxa de inscrição, segundo pela pouca tolerância às manifestações contrárias aos seus posicionamentos oficiais.

O Conselho Mundial da Água organiza este fórum dizendo que as privatizações são ações que visam melhorar o bem-estar das comunidades de países pobres, mas a verdade é que a água está sendo usada para gerar lucro e não para solucionar o acesso aos direitos básicos e a sede do mundo⁴⁷.

Em oposição a este processo ilegítimo, no Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho de 2017), entidades sindicais, movimentos

populares, ONGs e coletivos livres lançaram na cidade de São Paulo o Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama) que, entre outros objetivos, visa “discutir problemas relacionados à água e ao saneamento, como direito fundamental, nas suas mais variadas interfaces, em busca de soluções que representem sustentabilidade e segurança hídrica para os seres humanos e a manutenção da vida na Terra⁴⁸”.

Em outros países, fóruns foram também organizados por sindicatos, ONGs, movimentos sociais, coletivos livres e outros grupos que lutam para que água seja um direito de todos e não uma mercadoria. Eles ocorreram na Cidade do México⁴⁹, em 2006, em Istambul⁵⁰, em 2009, e em Marselha⁵¹, em 2012.

Também no Brasil, o Fama se contrapõe aos objetivos das grandes corporações interessadas na mercantilização da água e na exploração dos recursos hídricos, atendendo, principalmente, as demandas do agronegócio e das grandes indústrias.

“Seguimos uma tradição de protesto, do que já tem acontecido em outros países em fóruns anteriores. O FMA é organizado pelas corporações e, apesar de contar com organizações científicas e governos, é composto por empresas privadas que hoje controlam a água em vários países do mundo. Essa contradição impede que a gente desenvolva um debate que nos unifique, que é o da garantia à água como um direito e não mercadoria”, diz Edson Aparecido da Silva, pelo Fama.

A CUT Brasil e a CUT-SP estão entre as entidades que compõem o Fama. As organizações pautam o tema em suas bases sindicais e articulam os trabalhadores a participar das iniciativas do fórum. O Fama será realizado entre os dias 17 e 22 de março de 2018, no mesmo mês que ocorrerá o encontro das corporações⁵².





Foto: Secom/CUT-SP

*Protesto realizado por conta da crise da água em São Paulo
20 Março 2015 - Coletivo de Luta pela Água*



O presidente do Conselho Mundial da Água, organizado pelas grandes corporações, é Benedito Braga, que é também secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Governo do Estado de São Paulo. Ou seja, o representante do poder público em SP para as questões relacionadas à água e ao saneamento é, ao mesmo tempo, representante de um conselho de empresas que defendem a privatização da água e que dominam 75% do mercado mundial da água, o que configura conflito de interesses entre as esferas pública e privada.

Participe da luta em defesa da água!

Fique por dentro das informações no site do **Fama**: www.fama2018.org

Entre em contato com a Secretaria de Meio Ambiente da CUT-SP

E-mail: meioambiente@cutsp.org.br **Telefone:** (11) 2108.9114

A LUTA CONTINUA

“A nossa luta pelo direito à água é também pelo direito à vida, à dignidade e à soberania nacional. Por isso, é muito importante que os trabalhadores e trabalhadoras participem ativamente do Fama, pois isso fortalecerá as redes de articulação de todos os que lutam para que a água não se torne uma grande mercadoria dentro de um balcão de negócios. No estado de São Paulo, este espaço irá impulsionar o enfrentamento contra a privatização da Sabesp, a privatização disfarçada que levará à demissão milhares de trabalhadores, aumentará o preço da água e diminuirá a qualidade do serviço prestado, violando nosso direito à água e ao saneamento.” **(Solange Cristina Ribeiro – Secretária de Meio Ambiente da CUT-SP)**

Como vimos, são inúmeros os desafios a serem enfrentados para garantir que a água seja tratada como direito e, sobretudo, que seja acessível a todos e todas.

É necessário lutarmos para que os sistemas de água e saneamento fiquem nas mãos do Estado, reestatizando o que foi privatizado, pois só assim garantiremos o direito, a soberania e o controle social pleno sobre esse recurso essencial.

A CUT-SP reafirma seu compromisso de luta e participação nos espaços de incidência política

que tratam sobre questões do meio ambiente, pois entende que as vidas humanas são diretamente afetadas por tomadas de decisões que priorizam somente os interesses empresariais e ignoram por completo as recomendações de organismos nacionais e internacionais, frutos de conhecimento acumulado e de resistência popular.

A Central integra hoje as coordenações e atua na construção de diversas ações do Coletivo de Luta pela Água e do Comitê Paulista de Construção do Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama) em

2018. E estimula a criação de Comitês Populares Locais do Fama por entender que este será o momento de unificar a luta contra a tentativa ilegítima de grandes empresas de transformar a água em mercadoria, privatizando reservas e fontes naturais.

O Fama, que ocorrerá de 17 a 22 de março de

2018, em Brasília (DF), é um momento de articulação das lutas internacionais e nacionais, sendo que a luta pelo direito à água e ao saneamento deve prosseguir após a sua realização, por meio dos Comitês Populares do Fórum que continuam como espaços permanentes de mobilização em defesa da água e do saneamento.



Assembleia Popular da Água: atividade do Comitê Paulista de Construção do Fama

Ainda, é importante lembrar que 2018 será um ano de eleições no Brasil, momento também importante para promover esse debate entre os

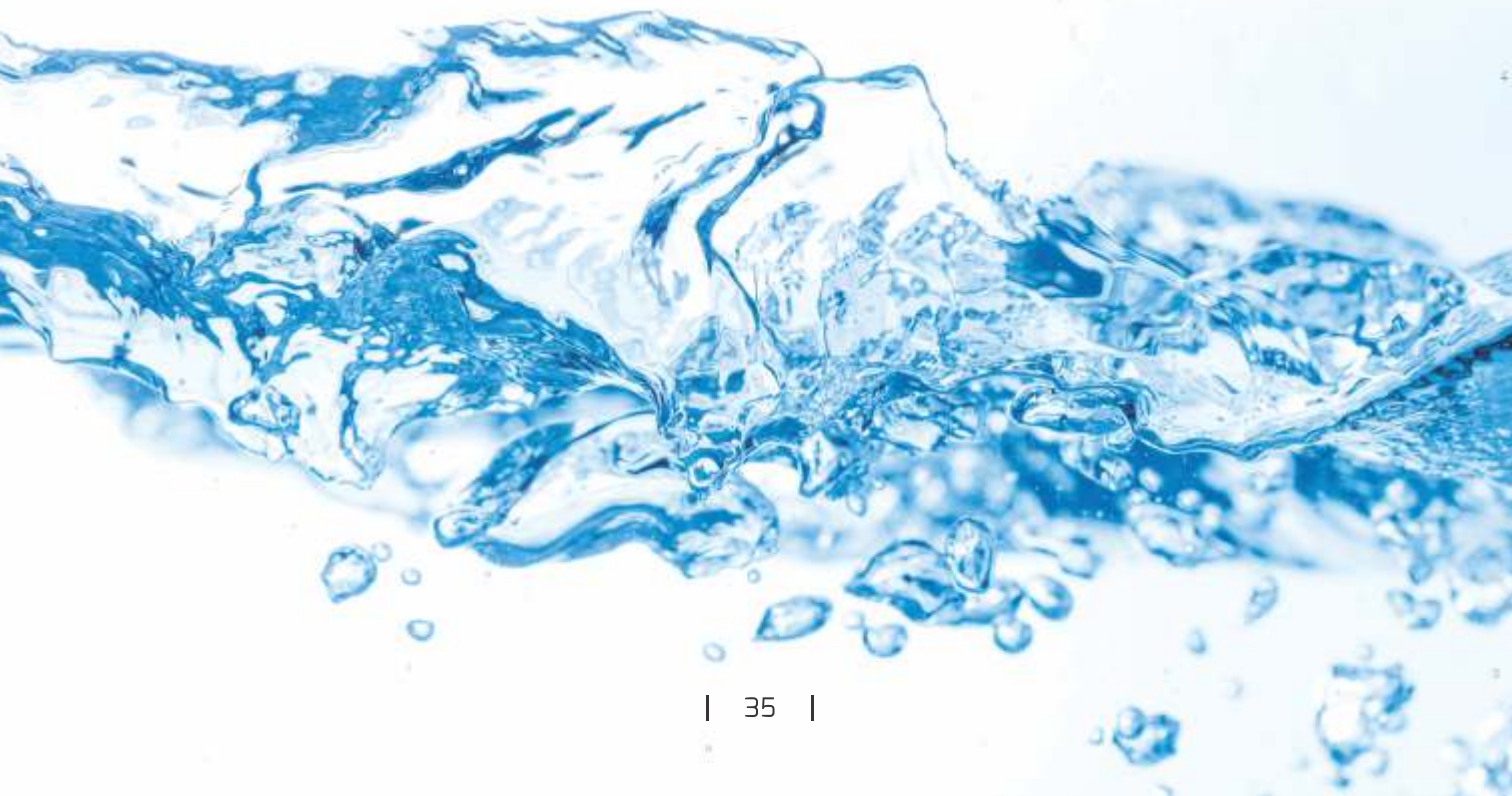
postulantes a cargos públicos, ainda mais passado o período mais intenso de golpe institucional em âmbito federal que promoveu de

forma permanente a retirada de direitos.

Neste sentido, a Secretaria de Meio Ambiente da CUT-SP, ao lado de seus sindicatos, irá percorrer diversas regiões do estado de São Paulo para fazer o debate e organizar mobilizações em torno do direito à água: mobilizações que deverão continuar para barrar a privatização da Sabesp, bem como para dar fim a qualquer

processo de privatização de companhias públicas de água e saneamento⁵³.

Lutamos por serviços públicos, com participação e controle social, por entender que, assim, teremos um caminho mais seguro para o acesso universal, e com qualidade aceitável, à água e ao saneamento. Afinal, Água é direito, não mercadoria!



LINKS ÚTEIS

CUT Brasil:
www.cut.org.br

CUT São Paulo:
www.cutsp.org.br

Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung:
www.fes-brasil.org

ISP:
www.world-psi.org

Fama:
www.fama2018.org/portal/fama-2018

MAB:
www.mabnacional.org.br

Rede Brasil Atual:
www.redebrasilatual.com.br

TVT:
www.tvt.org.br

Referências Bibliográficas

¹ WORLD HEALTH ORGANIZATION; UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. **Progress on Drinking Water, Sanitation and Hygiene: 2017 Update and SDG Baselines**. Geneva: 2017. Disponível em: < http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/WASH-JMP-UNICEF&OMS-2017.pdf > . Acesso em: 13 out. 2017.

² INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento**. São Paulo, 2017. Disponível em: < <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/2017/relatorio-completo.pdf> > . Acesso em: 13 out. 2017.

³ RAMOS, Vanessa. Falta de investimento do PSDB gerou a crise da água em São Paulo, afirma especialista. Portal CUT São Paulo, São Paulo, 16 abril 2014. Disponível em: < <http://www.cutsp.org.br/noticias/falta-de-investimento-do-psdb-gerou-a-crise-da-agua-em-sao-paulo-afirma-especial-b536/> > . Acesso em: 13 out 2017.

⁴ LOBINA, Emanuele; KISHIMOTO, Satoko; PETITJEAN, Olivier. **Our public water future: The global experience with remunicipalisation**. Transnational Institute (TNI) / Public Services International Research Unit (PSIRU) / Multinationals Observatory / Municipal Services Project (MSP) / and the European Federation of Public Service Unions (EPSU), Amsterdam / London / Paris / Cape Town / Brussels, 2015. Disponível em: < <https://www.tni.org/files/download/ourpublicwaterfuture-1.pdf> > . Acesso em: 15 out. 2017.

⁵ NACIONES UNIDAS, Asamblea General. **Resolución 64/292: El derecho humano al agua y el saneamento**. Nueva York, 2010. Disponível em: < http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292&Lang=S > . Acesso em: 18 out. 2017.

⁶ WORLD HEALTH ORGANIZATION; UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. **Progress on Drinking Water, Sanitation and Hygiene: 2017 Update and SDG Baselines**. Geneva: 2017. Disponível em: < http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/WASH-JMP-UNICEF&OMS-2017.pdf > . Acesso em: 18 out. 2017.

⁷ NACIONES UNIDAS, Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales. **Observación General nº 15: El derecho al agua (artículos 11 y 12 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales)**. Ginebra, 2002. Disponível em: < <http://bit.ly/1IDwcCp> > . Acesso em: 18 out. 2017.

⁸ BRASIL, Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2015**. Brasília, 2017. Disponível em:

< <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2015> > . Acesso em: 18 out 2017

⁹WORLD HEALTH ORGANIZATION; UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND. **Progress on Drinking Water, Sanitation and Hygiene: 2017 Update and SDG Baselines**. Geneva: 2017. Disponível em:

< http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/WASH-JMP-UNICEF&OMS-2017.pdf > . Acesso em: 18 out. 2017.

¹⁰ INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento**. São Paulo, 2017. Disponível em:

< <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/2017/relatorio-completo.pdf> > . Acesso em: 19 out. 2017.

¹¹ BRASIL, Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2015**. Brasília, 2017. Disponível em:

< <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2015> > . Acesso em: 19 out 2017.

¹² SILVA, Edson Aparecido da. **Despoluição do Rio Tietê: Questionar Paradigmas para Avançar**. Santo André, 2016. Dissertação (Mestrado em em Planejamento e Gestão do Território) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC. Disponível em:

< https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3937049 > . Acesso em: 19 out 2017.

13 - Idem.

¹⁴ OLIVEIRA, Cida de; GOMES, Rodrigo. O crime da água e a responsabilidade do governo Alckmin. Revista do Brasil, São Paulo, Nº 104, 07 março 2015. Disponível em: < <http://bit.ly/2iYBLCb> > . Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁵ CHADE, Jamil. Racionamento de água 'não é culpa de São Pedro', diz ONU. **Portal Estadão**, São Paulo, 09 Setembro 2014. Disponível em: < <http://bit.ly/1uBYled> > . Acesso em: 21 out 2017.

¹⁶ DIAS, Natália. **O sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo: falta de transparência, um problema que persiste**. Artigo 19 Brasil, São Paulo, 2016. Disponível em: < <http://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2016/06/Sistema-Cantareira-e-a-Crise-da-%C3%81gua-em-S%C3%A3o-Paulo-2.pdf> > . Acesso em: 21 out 2017.

¹⁷ BRASIL, Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017: relatório pleno**. Brasília, 2017. Disponível em: < <http://bit.ly/2zad1Qr> > . Acesso em: 21 out 2017.

¹⁸ MARTÍN, María. Em plena crise, Sabesp ainda premia grandes consumidores. **El Pais Brasil**, São Paulo, 13 fevereiro 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/12/politica/1423765554_696443.html>. Acesso em: 21 out 2017.

¹⁹ GOVERNO, Portal do. Em Nova York, Alckmin anuncia capitalização da Sabesp. **Portal do Governo**, São Paulo, 15 maio 2017. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/em-nova-york-alckmin-anuncia-capitalizacao-da-sabesp/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

²⁰ SABESP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Estatuto Social da SABESP. São Paulo, 2016. Disponível em: <[http://www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/DCB3FB96851AEDE183257FA70049AF3F/\\$File/ESTATUTO%20SOCIAL_AGE-29.04.2016.pdf](http://www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/DCB3FB96851AEDE183257FA70049AF3F/$File/ESTATUTO%20SOCIAL_AGE-29.04.2016.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2017.

²¹ ALVES, Cíntia; DAMASCENO, Juliana; CORREIA, Tatiane. Sabesp distribui até 60% dos lucros aos acionistas durante governo Alckmin. **Jornal GGN**, São Paulo, 9 setembro 2014. Disponível em <<https://jornalggn.com.br/noticia/sabesp-distribui-ate-60-dos-lucros-aos-acionistas-durante-governo-alckmin>>. Acesso em: 21 out. 2017.

²² CHADE, Jamil. Racionamento de água 'não é culpa de São Pedro', diz ONU. **Portal Estadão**, São Paulo, 09 Setembro 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,acionamento-de-agua-nao-e-culpa-de-sao-pedro-diz-onu,1557296>>. Acesso em: 21 out. 2017.

²³ LOBEL, Fabrício. Com lucro recorde, Sabesp vê fim de crise e aumento de vazamentos. **Portal Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 março 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2iZGUtV>>. Acesso em: 25 out 2017.

²⁴ TIAGO, Tatiana. Principal obra contra a crise hídrica começa com 3 meses de atraso. **Portal G1**, São Paulo, 04 maio 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/05/principal-obra-contra-crise-hidrica-e-inaugurada-com-3-meses-de-atraso.html>>. Acesso em: 25 out. 2017.

²⁵ SABESP, Assessoria de Imprensa. **Re: Pedido para elaboração de matéria** [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por <comunicacao_sabesp@sabesp.com.br> em 04 dezembro 2017.

²⁶ TOLEDO, Luiz Fernando; LEITE, Fabio. Alckmin diz que obra em rio sem água para captação “está funcionando”. **Portal Estadão**, São Paulo, 17 Agosto 2015. Disponível em <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-diz-que-obra-em-rio-sem-agua-para-captacao-esta-funcionando,1745636>>. Acesso em: 06 nov 2017.

²⁷ SABESP, Assessoria de Imprensa. **Re: Pedido para elaboração de matéria** [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por <comunicacao_sabesp@sabesp.com.br> em 04 dezembro 2017.

²⁸ HESS, Sônia Corina. **Análise técnica abordando a presença de contaminantes na água de abastecimento público do município de Santo André, São Paulo**. Parecer Técnico Nº 02/2015 para a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, município de Santo André. Curitiba, 06 nov 2015.

²⁹ SÃO PAULO, Ministério Público do Estado. **Petição inicial da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, SABESP, CETESB, Fundação Florestal e DAEE sobre a transposição de águas do Sistema Billings ao Sistema Produtor Alto Tietê**. São Paulo, 24 julho 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2AjEeOA>> . Acesso em: 06 nov. 2017.

³⁰ SABESP, Assessoria de Imprensa. **Re: Pedido para elaboração de matéria** [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por <comunicacao_sabesp@sabesp.com.br> em 04 dezembro 2017.

³¹ ARANHA, Carlos Henrique. **Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) do Sistema Produtor São Lourenço**. São Paulo: Prime Engenharia e Comércio Ltda, 2011. Disponível em: <http://www.sabesp.com.br/ppp_sao_lourenco/RIMASPSL.pdf> . Acesso em: 13 nov 2017.

³² SABESP, Assessoria de Imprensa. **Re: Pedido para elaboração de matéria** [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por <comunicacao_sabesp@sabesp.com.br> em 04 dezembro 2017.

³³ ARANHA, Carlos Henrique. **Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) da Interligação entre as Represas Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (Bacias PCJ)**. São Paulo, Prime Engenharia e Comércio Ltda, 2015. Disponível em: <<http://www.jornalouvidor.com.br/public/pdfs/extras/RIMA.pdf>> . Acesso em: 13 nov 2017.

³⁴ SABESP, Assessoria de Imprensa. **Re: Pedido para elaboração de matéria** [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por <comunicacao_sabesp@sabesp.com.br> em 04 dezembro 2017.

³⁵ ARANHA, Carlos Henrique. **Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) das Obras de Aproveitamento da Bacia do Rio Itapanhaú para Abastecimento da RMSP**. São Paulo, Prime Engenharia e Comércio Ltda, 2015. Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=613>> . Acesso em: 13 nov 2017.

³⁶ DAEE, Departamento de Águas e Energia Elétrica. **DAEE retoma licitação para barragens de Pedreira e Duas Pontes**. Notícias DAEE, 06 novembro 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2C0DoXq>> . Acesso em 17 nov 2017.

³⁷ HIDROSTUDIO/THEMAG, Consórcio. **Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) das Barragens Pedreira e Duas Pontes**. Consórcio Hidrostudio–Themag, São Paulo, 2013. Disponível em: < http://cetesb.sp.gov.br/eiarima/rima/RIMA_189_2013.pdf > . Acesso em: 17 nov 2017.

³⁸ MARTINS, Erika, et.al. **Crise Hídrica e Direitos Humanos: Relatório de Violação de Direitos Humanos na Gestão Hídrica do Estado de São Paulo**. Aliança Pela Água/Coletivo de Luta pela Água/Greenpeace/IDEC, São Paulo, 2015. Disponível em: < http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2015/greenpeace_relatorio_hidrica_A4-ALTA.pdf > . Acesso em: 21 nov 2017.

³⁹ NASSIF, Luiz. Propina em obra da Sabesp também abasteceu campanha de Alckmin, diz BJ. **Jornal GGN**, São Paulo, 24 abril 2017. Disponível em < <https://jornalggn.com.br/noticia/propina-em-obra-da-sabesp-tambem-abasteceu-campanha-de-alckmin-diz-bj> > . Acesso em: 21 nov 2017.

⁴⁰ ESTADÃO, Opinião. Recuperação de mananciais. **Portal Estadão**, São Paulo, 06 Março 2015. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,recuperacao-de-mananciais-imp-,1645444> > . Acesso em: 21 nov 2017.

⁴¹ MARTINS, Erika, et.al. **Crise Hídrica e Direitos Humanos: Relatório de Violação de Direitos Humanos na Gestão Hídrica do Estado de São Paulo**. Aliança Pela Água/Coletivo de Luta pela Água/Greenpeace/IDEC, São Paulo, 2015. Disponível em: < http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2015/greenpeace_relatorio_hidrica_A4-ALTA.pdf > . Acesso em: 21 nov 2017.

⁴² SABESP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. **Abastecimento de água**. Disponível em: < <http://site.sabesp.com.br/site/imprensa/explicacoes/abastecimento.aspx?secaold=196> > . Acesso em 23 nov 2017.

⁴³ LOBEL, Fabrício. Com lucro recorde, Sabesp vê fim de crise e aumento de vazamentos. **Portal Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 março 2017. Disponível em: < <http://bit.ly/2iZGUtV> > . Acesso em: 23 nov 2017.

⁴⁴ MARTINS, Erika, et.al. **Crise Hídrica e Direitos Humanos: Relatório de Violação de Direitos Humanos na Gestão Hídrica do Estado de São Paulo**. Aliança Pela Água/Coletivo de Luta pela Água/Greenpeace/IDEC, São Paulo, 2015. Disponível em: < http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2015/greenpeace_relatorio_hidrica_A4-ALTA.pdf > . Acesso em: 23 nov 2017.

⁴⁵ LOBINA, Emanuele; KISHIMOTO, Satoko; PETITJEAN, Olivier. **Our public water future: The global experience with remunicipalisation**. Transnational Institute (TNI) / Public Services International Research Unit (PSIRU) / Multinationals Observatory / Municipal Services Project (MSP) / and the European Federation of Public Service Unions (EPSU), Amsterdam / London / Paris / Cape Town / Brussels, 2015. Disponível em: < <https://www.tni.org/files/download/ourpublicwaterfuture-1.pdf> > . Acesso em: 23 nov. 2017.

⁴⁶ TOMAZELA, José Maria. Após crise hídrica histórica, município retoma serviço de água em Itu. **Portal Estadão**, Sorocaba, 05 Janeiro 2017. Disponível em: < <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,apos-crise-hidrica-historica-municipio-retoma-servico-de-agua-em-itu,10000098388> > . Acesso em: 23 nov 2017.

⁴⁷ BARBAN, Vilma. Fórum Mundial da Água – Questões fundamentais e muitas controvérsias. **REDD, Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara**, v.1, n.2, jan/jul. 2009. Disponível em: < <http://polis.org.br/publicacoes/forum-mundial-da-gua-questoes-fundamentais-e-muitas-controversias/> > . Acesso em: 23 nov 2017.

⁴⁸ FAMA, Fórum Alternativo Mundial da Água. Chamamento aos Povos para o Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA. **Portal FAMA 2018**, São Paulo, maio 2017. Disponível em: < <http://www.fama2018.org/portal/fama-2018/fama-2018/> > . Acesso em: 01 dez 2017.

⁴⁹ OLIVEIRA, Fausto. Movimentos e ONGs lutam contra privatização da água no México. **Portal Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)**, Rio de Janeiro, 31 março 2006. Disponível em: < <http://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/movimentos-e-ongs-lutam-contraprivatizacao-da-agua-no-mexico/> > . Acesso em: 01 dez 2017.

⁵⁰ MUNDO REAL, Radio. Alternativas perante a privatização da água em Istambul. **Amigos de la Tierra Internacional**, Montevideo, 23 março 2009. Disponível em: < <http://www.radiomundoreal.fm/Publicas-e-comunitarias?lang=es> > . Acesso em: 01 dez 2017.

⁵¹ PRESSE, Agence France. Fórum Alternativo da Água começa com protestos contra represas. **Portal G1**, Marselha, 14 março 2012. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/03/forum-alternativo-da-agua-comeca-com-protestos-contrarepresas.html> > . Acesso em: 01 dez 2017.

⁵² FAMA. **Fórum Alternativo Mundial Da Água**. Disponível em < <http://www.fama2018.org/portal/fama-2018/> > . Acesso em: 01 dez 2017.

⁵³ FAMA, Fórum Alternativo Mundial da Água. Chamamento aos Povos para o Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA. **Portal FAMA 2018**, São Paulo, maio 2017. Disponível em: < <http://www.fama2018.org/portal/fama-2018/fama-2018/> > . Acesso em: 01 dez 2017.



DIREÇÃO EXECUTIVA DA CUT-SP

GESTÃO 2015-2019

Presidente:

Douglas Martins Izzo (Educação)

Vice-Presidente:

Valdir Fernandes (Financeiro)

Secretário Geral:

João Vicente Silva Cayres (Metalúrgico)

Secretário de Administração e Finanças:

Renato Carvalho Zulato (Químico)

Secretária de Comunicação:

Adriana Oliveira Magalhães (Financeiro)

Secretária de Combate ao Racismo:

Rosana Aparecida da Silva (Educação)

Secretária de Formação:

Telma Aparecida Andrade Victor (Educação)

Secretária da Juventude:

Cibele Izidorio Fogaça Vieira (Químico)

Secretário de Saúde do Trabalhador:

Wagner Menezes (Transporte)

Secretária da Mulher Trabalhadora:

Marcia Regina Gonçalves Viana (Vestuário)

Secretária de Políticas Sociais:

Kelly Benedita Domingos (Comércio e Serviços)

Secretário de Relações do Trabalho:

Ademilson Terto da Silva (Metalúrgico)

Secretária de Meio Ambiente:

Solange Cristina Ribeiro (Municipais)

Secretário de Organização:

Hélcio Aparecido Marcelino (Seguridade Social)

Secretária de Política Sindical:

Sônia Auxiliadora de Vasconcelos Silva (Municipais)

Secretário de Mobilização:

João Batista Gomes (Municipais)



**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**



FAMA 2018
FORUM ANNUAL DE RESPONSABILIDADE
MUNDIAL DA ÁGUA
Água A direita não é negociável



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-89210-65-2



9 788589 210652